



CONTRA A DEGRADAÇÃO PROFISSIONAL E SALARIAL
DOS
QUADROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS

A recente divulgação, pela comunicação social, da remuneração/hora prevista para a contratação de enfermeiros que asseguram a prestação de cuidados de saúde em Centros de Saúde, pelo seu nível escandalosamente baixo, e por representar uma redução salarial de cerca de 50% do valor já praticado com os mesmos profissionais, no mesmo regime de precariedade, como denunciou a organização sindical dos enfermeiros, ajudou a revelar a verdadeira dimensão da política de degradação profissional e salarial dos quadros técnicos e científicos, particularmente no sector da saúde, com o enriquecimento oportunista de meros intermediários de mão-de-obra barata.

Tal política, quando incide sobre o nível remuneratório, a precariedade da prestação e sistemática mitigação das condições em que é exercida, acarreta, inevitavelmente, a redução da qualidade do produto do trabalho, o que, na administração pública, central e local, resulta na redução do serviço público prestado, acarretando reflexos mais dramáticos no sector público dos cuidados de saúde – no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Apesar do manto nebuloso a que a comunicação social dominante tem remetido as razões da anunciada greve dos médicos, e as medidas do Governo que as criaram, importa reter que são seus objectivos a defesa do SNS e a qualidade dos cuidados de saúde assegurados à população, opondo-se ao preconizado recurso a empresas privadas para a contratação dos médicos, o que, a ser concretizado, passaria a reunir todas as condições para chegar a situações análogas às agora denunciadas relativamente aos enfermeiros, das quais o Governo, nomeadamente o Ministro da Saúde, manifesta embaraço e um distanciamento irresponsável.

A intolerável situação que atravessamos no sector da saúde é apenas a parte mais visível da ofensiva contra a generalidade dos trabalhadores assalariados mais qualificados do ponto de vista técnico e científico, a par da generalidade dos trabalhadores, onde, mais recentemente, se destacam: o chamado “impulso jovem”; o regime de prestação dos bolseiros; o preconizado regime de estágios na administração pública.

As consequências recessivas na economia pelo abrandamento da actividade ou encerramento da maior parte das empresas, pelo estrangulamento do mercado interno e previsível instabilidade do mercado externo, o sistemático encerramento, esvaziamento ou deslocação de

serviços públicos com níveis incomportáveis de financiamento da sua actividade, constituem um quadro historicamente desastroso que o Governo, respaldado nas receitas da “troika”, diariamente tende a aprofundar obstinadamente ampliando sucessivamente, e de múltiplas formas, o campo social abrangido.

O recente acórdão do Tribunal Constitucional, relativo ao corte dos subsídios de férias e de natal na administração pública, se poderia ser considerado positivo no juízo de inconstitucionalidade tal medida, compromete o seu mérito, e vocação do órgão, quando escandalosamente admite que a inconstitucionalidade vigore em 2012, o que, ainda mais se agravaria se desse oportunidade a que se generalizasse o corte/roubo à generalidade dos trabalhadores, como já se vão alinhando os comentadores/propagandistas de serviço.

Assim, urge contestar o rumo imposto ao país e reivindicar o resgate das condições de trabalho subtraídas e da remuneração do trabalho ilegitimamente retirada, sentida ainda recentemente, na administração pública com a extorsão do mês de salário correspondente ao subsídio de férias, o que passa, no momento presente, pela manifestação da mais firme solidariedade com a greve (11 e 12 de Julho) e manifestação (11 de Julho em Lisboa) convocadas pelas organizações sindicais dos médicos, bem como com as lutas corajosamente desencadeadas pelos enfermeiros e outros profissionais de saúde, contra a degradação das suas condições de trabalho e remuneratórias e, conseqüentemente, do Serviço Nacional de Saúde.

Lisboa, 10 de Julho 2012

A CPQTC